

Intensidades políticas em ambiente eleitoral polarizado e percepções sobre o papel da Educação Política em realidade escolar

Humberto Dantas
Ana Júlia B. Bernardi

Resumo

As eleições de 2022 marcaram uma disputa polarizada e extremamente ideológica com a escolha do eleitorado mais baseada em uma negação das propostas políticas em jogo, ou seja, mais no sentido de votar “contra” um candidato, do que do apoio às propostas do outro (o escolhido). Embora não vejamos a polarização como um problema per se, a criação de um ambiente violento de trocas de acusações baseadas em campanhas negativas, permeadas pelo uso de desinformação nas redes sociais não é o cenário ideal para a juventude que ingressa como votante. Nesse sentido, em um formato de ensaio, discutimos como a educação política nas escolas se desenha como uma relevante estratégia de conscientização sobre a importância da democracia, ao passo que permite a troca de percepções sobre a política de forma mais empática, assertiva e mediada do que a discussão travada no ambiente das redes sociais. Será possível notar, com base em dados discutidos, que a despeito do cenário verificado em nossa realidade democrática e eleitoral, existem elementos capazes de sugerir que o jovem tem interesse e apego basilar ao tema da política.

Abstract

The 2022 elections marked a polarized and extremely ideological dispute with the choice of the electorate more based on a denial of the political proposals at stake, that is, more on the feeling of voting “against” a candidate, than on support for the proposals of the other (chosen one). Although we do not see polarization as a problem per se, the establishment of a violent environment based on exchanges of accusations and negative campaigning, permeated by the use of disinformation on social networks is not the ideal scenario for the youth just joining the electorate. In this sense, in an essay format, we discuss how political education in schools presents itself as an essential awareness strategy about the importance of democracy, while allowing the exchange of perceptions about politics in a more empathetic, assertive and mediated way than the discussions held in the social network environment. Our findings indicate that despite the scenario verified in our democratic and electoral reality, there are elements capable of suggesting that young people have a fundamental interest and attachment to the topic of politics.

Introdução

O Brasil que saiu das urnas em 2022 sugere um aprofundamento na divisão ideológica do seu eleitorado. Desde 2013, temos assistido a um crescimento de militantes de uma direita conservadora associado ao avanço de uma pauta de resistência às ideias e posturas da esquerda. Nota-se, em paralelo à defesa de alguns valores conservadores, a discussão de agendas concretas de negação, ou seja: não se trata de defender algo, mas de evitar alguma coisa que tende a ser pior e mais danosa à realidade de quem a apreende de diferentes maneiras. Isso significaria dizer que as percepções do final dos anos 90, de que se acentuava a ideia de se votar “contra algo” e não a “favor de um projeto” ganhou intensidade expressiva – sobretudo no âmbito das pautas morais, instrumentalizadas como objeto de barganha nas campanhas políticas.

Nesse contexto, é importante salientar que as eleições presidenciais desse ano, a única em que votamos nos mesmos candidatos em todo o Brasil e no exterior, se mostraram extremamente divididas em dois postulantes que em boa parte do tempo não estiveram dispostos a se dedicarem à defesa de agendas comuns em perspectiva de algum tipo de convergência. Ou seja: não tivemos em 2022 uma busca de esquerda e direita por eleitores centrais com propostas semelhantes, algo que chegou a ocorrer em diferentes eleições passadas. É verdade que em alguns momentos, e de formas específicas, os candidatos de PT e PL procuraram, de alguma forma, dialogar com o eleitor central, mas raros foram os instantes em que deixaram de destilar acusações mútuas com base em radicalismos que sugeriram corrupção em ambos os governos e posições que vão de canibalismo ao fechamento de igrejas. Não importa aqui dizer quem foi mais intenso, mas é fato que tivemos uma eleição polarizada e extremada, onde evitar o outro parecia mais relevante do que escolher um nome como candidato.

Sobre a polarização, a despeito de extremismos, é relevante salientar que todos os pleitos brasileiros, desde 1994, demonstraram concentração de votos em dois nomes. O menor nível em primeiro turno de soma dos dois líderes foi encontrado em 2002, quando Lula (PT) e Serra (PSDB) acumularam 70% dos votos válidos. Sob o efeito mais intenso da verticalização e com Lula buscando a reeleição contra Geraldo Alckmin (PSDB) em 2006, e dois candidatos menos competitivos – Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT) –, a concentração chegou a 90%. Mas em 2022, sob a realidade que desenhamos aqui, Lula e Bolsonaro atingiram 92% dos votos válidos.

Isso não é exatamente um problema, apenas uma forma de parcelas do eleitorado se dividirem em propostas, percepções e visões distintas de mundo, sobretudo considerando o caráter de personalização política comum ao eleitorado brasileiro. Radicalismos, naturalmente, precisam ser verificados e punidos pela justiça, mas o que se salienta aqui é: existir duas candidaturas fortes e agregadoras de preferências não é, isoladamente, um problema ou fato inédito. Assim, soma-se a tal realidade de polari-

zação um cenário que se refletiu nos pleitos legislativos, sobretudo para a Câmara dos Deputados, lembrando que as duas maiores bancadas eleitas pertencem ao PL, com 99 deputados federais (19% das 513 vagas) e ao PT e sua federação com 79 parlamentares (15%). Assim, Lula teve 48,4% dos votos válidos do primeiro turno e Bolsonaro 43,2%, enquanto suas respectivas legendas também se distribuíram de forma mais intensa na Câmara.

Mas, se por um lado vivemos esse ambiente de opostos que se conflitam, nos cabe questionar: o quanto estamos preparados para uma divisão como esta quando a intensidade dos discursos, comportamentos e acusações atinge níveis extremados? A campanha de Bolsonaro se refere a Lula como alcoólatra, presidiário e corrupto, e colhe como resposta algo como corrupto, genocida e canibal. Tal ambiente parece escapar aos limites da convivência civilizada, e tais posicionamentos não seriam trazidos à tona se as estratégias das campanhas não os estimulassem, em alguma medida, a apontar para estes caminhos em uma disputa muito equilibrada. Adensa a preocupação com tal questão o aumento expressivo da internet, das redes sociais e dos instrumentos de comunicação em grupo como ferramentas fundamentais à obtenção de informações políticas, que muitas vezes são fundamentadas no espalhamento da desinformação. Isso adicionado ao fato de que em tal realidade é possível verificar a consolidação de bolhas de adoradores de lados específicos que não convivem com o diferente, deixando de o enxergar e reconhecer, ampliando a potencialidade das informações falsas pelo viés de confirmação e autoridade relacional (KAHNEMAN, 2012). Assim, o que virtualmente pode representar uma dificuldade de interação e consequente aumento das divergências, desrespeitos e atos de intolerância, nos levaria para além dos conflitos comuns à internet com o atingimento de um nível de estranhamento radical, e real, que atenta contra valores humanos e democráticos elementares. Exemplos, em uma sociedade considerada bastante violenta, não faltaram nas eleições de 2022. Assassínatos que órgãos de investigação costumam classificar como provocados por motivos fúteis foram, na verdade, resultado de discussões políticas e ideológicas ao longo da campanha em torno de Lula e Bolsonaro.

Assim, sob o formato de um ensaio, que busca organizar alguns dados e informações relevantes sobre a percepção de parcelas da sociedade brasileira acerca da democracia, o intuito desse artigo é discutir características dessa polarização em alta intensidade para, a partir de um olhar mais específico sobre jovens, compreender em que medida a educação política poderia ser disseminada como um elemento capaz de conter ímpetos mais agressivos e destemperados que, aos olhos de uma sociedade pouco compromissada com elementos fundamentais da democracia, poderia flertar com rupturas ou movimentos menos afeitos a valores fundantes do regime democrático. Para tanto, vamos partir de um olhar para estudos e pesquisas que sugerem que há certo descompromisso dos brasileiros com elementos da democracia, que por vezes ensejam a manifestação de uma cultura política pouco democrática – sobretudo em momentos de crise. São, normalmente, *surveys* e indicadores de democracia que nos acendem sinais de alerta. Em seguida, vamos buscar perceber como em nossos comportamos políticos nas redes sociais, por vezes se destacam opiniões antidemocráticas, quiçá por desconhecimento e inflamados por desinformação, quiçá por resquícios geracionais de uma socialização política autoritária que interpreta erroneamente o direito à liberdade de expressão. Por fim, buscaremos analisar como o jovem, sobretudo nas escolas, percebe aspectos centrais da democracia como um espaço de discussão de pautas políticas, menos arraigadas nas discussões programáticas de partidos políticos e suas lideranças, e sim, mais centradas na realidade observada em suas vivências e relações com a política pública – principalmente na questão educacional. Tentaremos, assim, indicar que tais estudantes tendem a concordar com a presença de conteúdos de política nas escolas, o que poderia atenuar o impacto negativo de um adensamento dos ânimos, sobretudo tendo em vista o que poderia ser um amadurecimento de nossas percepções sobre a política, a democracia e o espaço de diálogo entre opostos. A partir de tais provocações buscaremos contribuir com o debate sobre o fato de a sociedade brasileira estar preparada, ou não, para intensidades em ambiente político.

Realidade de desapego a valores democráticos

Existem alguns esforços relevantes que buscam dimensionar o apego dos brasileiros, e de tantos outros cidadãos espalhados pelo mundo, a valores democráticos em diferentes países. É de Fernandez e Testa (2021) um bom resumo de como aspectos da democracia são valorizados no Brasil a partir de indicadores que buscam dimensionar o fenômeno no mundo. As autoras citam os exemplos de: 1) Freedom House Democracy Index; 2) Polity IV project; 3) Democracy-Dictatorship Index (DD); 4) The Economist e; 5) V-DEM.

O Boletim “Freedom in the World Report” é anual e busca mesclar direitos políticos e liberdades civis. O intuito não é ser exatamente um indicador de Democracia, mas sim de liberdade, o que a instituição faz questão de destacar (idem, ibidem). Na versão de 2022 do estudo o Brasil atingiu 73 pontos sobre um total de 100, dois abaixo do resultado de 2020 e com 42/60 pontos em liberdades civis e 31/40 em direitos políticos. Por sua vez, de acordo com as autoras, “o Polity IV classifica os regimes políticos em uma escala de -10 (dez negativo) a +10 (dez positivo), sendo -10 uma autocracia completamente fechada e +10 uma democracia altamente desenvolvida”. Apesar dos critérios utilizados, e de costumeiras críticas a tais classificações, em 2018 o Brasil tinha oito pontos em Democracia e zero ponto em autocracia, sendo considerado um país democrático com nota oito

No que se chamou de DD, associado a uma tentativa de percepção de democracia, as autoras destacam que o instrumento tem por objetivo dimensionar “duas determinantes principais na classificação de um regime: office e contested”. A primeira está associada aos “representantes eleitos do Executivo e do Legislativo”, enquanto a segunda diz respeito ao fato de as eleições carregarem “incerteza ex-ante”, “irreversibilidade ex-post” e ocorrência em “intervalos regulares”. Aqui, o Brasil era considerado, em 2008, uma Democracia Presidencialista.

Adicionalmente, dois modelos que têm sido mais amplamente divulgados: o Índice de Democracia da The Economist e o projeto

V-DEM e suas variações de democracia. No primeiro, uma mescla de informações distribuídas em cinco categorias: 1) processo eleitoral; 2) liberdades civis; 3) funcionamento do governo; 4) participação política; e 5) cultura política. Com variação final de 0 a 10, o Brasil obteve nota 6,8 em 2021, pior que o 7,12 obtido em 2010. As principais críticas recaíram sobre Cultura Política (5,6 em 2021) e Funcionamento de Governo (5,3), e as virtudes estão relacionadas ao Processo Eleitoral (9,6) e às Liberdades Civis (7,6). No V-DEM, e suas variações, o Brasil perde muitas posições sob a lógica de uma Democracia Liberal em 2021, estando apenas entre as 30% a 40% melhores posições no mundo, perto de Malawi e Namíbia, em piora preocupante em uma década cujas críticas estão atreladas a um movimento autocratizante, e não democratizante, em onda de polarização tóxica e discurso de ódio levado adiante pelos partidos políticos. O país é considerado uma democracia eleitoral, e não uma democracia liberal, o indicador considerado mais positivo. Em outras combinações de resultados para a consolidação de índices do V-DEM, o Brasil está abaixo do centésimo lugar em componentes igualitários e deliberativos.

Complementarmente a tais indicadores, Dantas (2019) traz uma análise do Latino-Barômetro, do IDD-Lat da Fundação Konrad Adenauer e, no âmbito nacional, do Índice de Confiança Social (ICS), calculado entre 2009 e 2019 pelo extinto Ibope. O autor observa que entre as várias instituições testadas para fins de aferição de confiança no ICS, detecta-se até 2018 “arrefecimento da confiança em instituições centrais ao modelo representativo de democracia que o país adota. (...) Isso representa afirmar que sofremos com uma crise de representação ampla”. Com base em tal constatação, conclui: “o problema é que a forma de convivência em sociedade parece absolutamente abalada (...), afetando a credibilidade e o funcionamento da lógica democrática como um todo”.

No Índice de Desenvolvimento da Democracia Latino-americano (IDD-Lat), feito pela última vez em 2016 pelo escritório da Fundação

Konrad Adenauer no Uruguai, em uma combinação de variáveis dimensionadas de 0 a 10, o Brasil apresentava apenas 4,367 em 2014, atrás de oito nações do continente, em resultado considerado de BAIXO desenvolvimento. Dois anos depois, em 2016, a condição era considerada MÍNIMA e o país atingia preocupantes 2,776, com críticas ao bem-estar social e à realidade econômica.

Por fim, no Latino-Barômetro, o que se convencionou chamar de “Índice de Satisfação com a Democracia” tinha em 2018 o Brasil com 34 pontos em um total de 100. Por sua vez, a percepção de ser indiferente a uma democracia ou a uma ditadura atingia 41 num total de 100 pontos, à frente apenas de El Salvador à ocasião. Registram-se ainda dificuldades de percepção sobre valorizar um país democrático, com demonstração de insatisfação sobre o funcionamento de tal regime no país em condição mais ácida que as médias continentais, com destaque para uma crítica aos partidos, ao domínio da política por grupos poderosos e à desaprovação ao governo – Michel Temer à época. No relatório mais recente, de 2021, severas resistências ao que a organização chamou de um país que possui um presidente que ameaça o Judiciário – referindo-se ao 07 de setembro de 2021 – sob fragilidade institucional e cívica. A despeito de tais ocorrências, junto à opinião pública registrou-se aumento no apoio à democracia entre 2018 e 2020 – de 34% para 40%, mas ainda preocupa o respaldo a medidas antidemocráticas atreladas a posturas ditatoriais, sobretudo em realidade associada às forças armadas.

Diante de tais resultados, nota-se primeiramente que diferentes métodos geram percepções mais ou menos positivas – ou negativas – acerca da realidade da democracia no Brasil. Assim, a despeito do que tomemos por base, é essencial considerar que determinadas aferições levam a números e realidades desafiadores e preocupantes. O ambiente tóxico relatado mundialmente pela The Economist, no Índice de Democracia, é algo que parece combinar com a realidade brasileira em relação ao pleito de 2022, por exemplo, o que merece atenção, sobretudo, nas redes sociais.

Redes sociais e o espaço das divergências, intolerâncias e convívios?

Se algum grau de polarização política parece ser um dos sintomas dos nossos dias atuais, a discussão acalorada nas redes sociais também vem se mostrando como uma tônica dos novos tempos. A facilidade da comunicação online de promover interação instantânea na ponta de nossos dedos também tem sido apontada como combustor da era da pós verdade e do espalhamento da desinformação, ou das chamadas “fake news”. E assim como a polarização, a mentira também não é uma novidade na política, mas ambos os fenômenos são ampliados pelas redes sociais e seus algoritmos, ganhando fôlego em anos eleitorais.

As redes sociais são arquitetadas para imitarem as nossas relações no mundo real, assim aproximando pessoas e assuntos em comum, formando as chamadas câmaras de eco (eco-chambers), ou bolhas de filtro (filter bubbles), isolando usuários que compartilham crenças e valores similares, reduzindo a visualização de mensagens que expõem o que vemos como “contraditório” (KAHNEMAN, 2012; MCCRIGHT; DUNLAP, 2017). Assim, não só ampliam a polarização como também são terreno fértil para a propagação de desinformação, já que as mesmas notícias são visualizadas diversas vezes no mesmo ambiente e em um curto espaço de tempo, sendo recompartilhadas por pares que contam com credibilidade social (BERNARDI, 2020). Na prática, o que ocorre é uma exposição contínua e frequente aos mesmos conteúdos, condicionando os usuários a um viés de confirmação, aumentando as chances de que continuem acreditando em uma informação falsa, mesmo quando desmentida (PENNYCOOK; CANNON; RAND, 2017).

Assim, tal como foi a disputa eleitoral em 2018, as eleições de 2022 têm suscitado ainda mais o afastamento de dois polos políticos antagônicos que, em diferentes medidas, buscam conquistar eleitores pela mobilização emocional através das redes sociais. É sabido que uma notícia falsa tem 70% mais chance de viralizar nas redes sociais, justamente pelas características de urgência, evocação de medo e um certo “pânico

moral” (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). Nesse sentido, vemos uma tentativa muito forte das campanhas políticas do segundo turno de mobilizar a pauta religiosa, econômica e de costumes, questões bastante caras à população brasileira, sobretudo em um momento de crise de desconfiança política e institucional. Nesse sentido, vemos muitas vezes no ambiente online, discussões acaloradas que desembocam em discursos de ódio direcionados para minorias e populações vulneráveis (como LGBTQIA+, indígenas e nordestinos), mas nos anos recentes também tem se mostrado como um discurso “perigoso” contra as instituições, atentando aos valores estruturais da própria democracia e da integridade eleitoral, como os próprios discursos sobre fraude nas urnas eletrônicas e mobilização das forças armadas para a “garantia de eleições limpas”.

Contudo, se o cenário posto não é dos mais animadores, também podemos destacar pontos positivos no combate à desinformação desde as eleições de 2019, sobretudo no que pressupõe uma maior maturidade da sociedade em relação à leitura crítica das informações que recebem. Segundo o Reuters Digital Institute Report (2020), o Brasil é o país onde a preocupação com fake news é mais alta, com 84% dos respondentes, enquanto a média mundial é de 56% (NEWMAN et al., 2020). A preocupação não é infundada, se considerarmos que 83% dos brasileiros sinalizam que já perceberam alguma mensagem falsa em suas redes sociais e 47% indicaram ter dificuldades de identificar se uma notícia compartilhada nas redes sociais é falsa (DATASENADO, 2019).

Isto posto, observamos que nessas eleições, embora os brasileiros estejam mais polarizados, de forma geral, também estão mais críticos sobre as informações que recebem, e portanto, menos suscetíveis à acreditar em desinformação. Olhando especificamente para os jovens, temos observado uma mudança na sua postura em relação à política – fato é que este ano tivemos mais de 2,1 milhões de novos votantes entre 16 e 17 anos – e acreditamos que parte disso é fruto dos esforços de ampliação da educação política nas escolas, aliado a um melhor direcionamento de campanhas sobre desinformação, promovida pelo TSE, grande mídia e organizações do terceiro setor que trabalham com o tema.

Ademais, não só mais jovens foram as urnas, como demonstraremos no próximo subcapítulo, como também se mostram mais conscientes da necessidade de se discutir política para a garantia de um bom governo.

Jovens: da adesão questionável à democracia a uma demanda por educação política

As pesquisas citadas anteriormente (V-DEM, Freedom House) demonstram que estamos em um ambiente institucionalmente pouco democrático, ou no mínimo, corroído em termos dos ideais de uma democracia liberal. Do ponto de vista da conjuntura da cultura política, os brasileiros também não se mostram tão afeitos à democracia, como uma vez já foram (Latinobarometro, ESEB etc.). Nesse sentido, ao deslocarmos o olhar para os jovens, com ênfase no ensino médio, por vezes nos parece haver uma cobrança excessiva de entusiasmo dessa nova geração em um ambiente político que já está desmoralizado, inclusive por seus professores, pais e familiares. Tal posto, para compreender a adesão ou não desses cidadãos a uma cultura política mais democrática, é preciso avaliar algumas minúcias que em um primeiro olhar não ficam tão evidentes.

Estudo conduzido em São Paulo pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo em 2018, com 2.317 estudantes de ensino médio de escolas municipais, mostrou que 76,6% dos entrevistados concordavam que o jovem de 16 anos deve ter direito ao voto e 44,5% sinalizaram intenção de se registrar como eleitor, ou já terem se registrado antes dos 18 anos. Sobre o universo pesquisado, 73,8% entendem o voto, predominantemente, como direito do cidadão e não como obrigação, e 76,3% destacavam a importância da política (mesmo que não gostem dela), enquanto outros 11,6% afirmaram gostar de política. Para além desse aparente apego a questões fundamentais, diante de um conjunto de sentenças, alguns graus de concordância chamam a atenção de forma positiva. Entre “concordar” e “concordar fortemente” o percen-

tual de jovens que responderam às perguntas atinge os seguintes resultados: 88% compreendem que “movimentos de rua são formas corretas de manifestação”, 84% que a “educação política deve estar presente nas escolas”, 86% que “o voto tem poder de transformação na sociedade”, 77% que “devemos aprender política nas escolas” e 64% que “na democracia somos responsáveis por nossa realidade”.

Diante de tais resultados, dois pontos merecem atenção. O primeiro: de onde vem tamanha conexão com aspectos tão relevantes da democracia em uma sociedade que parece se distanciar de valores considerados fundamentais? Dantas (2016) trabalhou com um questionário muito semelhante e encontrou resultados similares entre jovens de escolas públicas da Grande São Paulo. Em contrapartida, Baquero e Morais (2018) tratariam tais achados no campo de uma possível convivência da retórica e da falta de ação, ou seja, o jovem que preenche esse tipo de questionário pareceria mais afeito a encontrar a “resposta certa” do que de fato expressar sua percepção, sua vivência e seu apego à Democracia. Seja qual for a resposta à tal realidade, um segundo ponto chama a atenção e reforça este debate: uma percepção crítica intensa sobre questões de ordem política em nosso país. Os graus de concordância com outras sentenças colocadas nos formulários em São Paulo, no ano de 2018, indicavam os caminhos possíveis para a reconstrução de alguns valores ou enfrentamento de alguns desafios. Assim, se por um lado o voto, a democracia e a participação parecem preservados idealmente, por outro é de 64% a percepção de que todos os políticos são corruptos, de mais de 90% a existência de alguma concordância com o fato de que a justiça brasileira privilegia os políticos (95%) e os ricos (91%), bem como é muito baixa a adesão à ideia de que a imprensa informa bem os cidadãos (22%), os partidos representam bem o povo (13%) e a educação pública se preocupa em formar cidadãos (37%). Por fim, a política está distante dos jovens (74% de concordância com a afirmação) e a corrupção é o maior problema do país (84%).

Adicionalmente, outras pesquisas trazem consigo pontos merecedores de atenção tendo jovens de ensino médio como foco central das

opiniões e percepções. Em estudo conduzido pelo Núcleo de Pesquisa em América Latina (Nupesal) em Porto Alegre (RS) com 876 jovens de ensino médio no ano de 2019, os dados refletem uma realidade parecida com a encontrada na juventude paulistana no tocante à desilusão com os políticos e partidos, ao passo que 79,4% apontavam que todos os políticos são corruptos, 97,2% colocavam que políticos prometem e depois não cumprem e 73,7% acreditavam que pessoas como as de suas famílias não têm influência nas ações do Governo. Mas indo além do pessimismo e da desconfiança, 78,4% dos jovens afirmaram ter muito/algum interesse por política e 78,8% deles afirmam que a política faz parte da formação dos estudantes. Nessa mesma toada, cerca de 53% dos jovens afirmaram ter título de eleitor, ou que teriam feito se já tivessem idade, ao passo que 63% afirmam que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. No que tange aos valores democráticos, 89,6% concordam totalmente ou parcialmente que a democracia é a melhor forma de governo e 97,3% apontaram que a colaboração entre as pessoas pode contribuir para melhorar a situação do país.

Nessa mesma pesquisa realizada em 2019 em Porto Alegre, Bernardi (2021) aponta que houve uma mudança na ordem dos agentes socializadores mais importantes para os jovens, ao passo que a internet vem ocupando um espaço mais ativo que as escolas. Assim, denota-se que os jovens percebem as redes sociais como um espaço de participação política (52,8%) e não estão alheios ao aumento da desinformação sobre política, uma vez que 81% dos entrevistados concordam que houve um aumento na divulgação de fake news desde as eleições de 2018, e em média 73% afirmaram que já tiveram contato com uma notícia falsa (NUPESAL, 2019). Assim, a desconfiança com a fonte de informações tem sido ampliada, observando que jovens que utilizam internet como fonte de informação, quando acompanhada de um currículo crítico sobre política nas escolas, se mostraram mais aptos para verificar desinformação nas redes, mais interessados em política e com comportamentos mais democráticos (BERNARDI, 2022).

Diante de tais achados parece possível encaminhar nossas reflexões para uma conclusão que nos indique os caminhos de nossa democracia, seus desafios e, principalmente, as possíveis soluções sobre as quais precisamos investir.

Conclusão

No âmbito da juventude, deslocar o olhar do jovem como objeto de socialização para agente socializador, enquanto também é socializado, é entender que a política e o processo de assimilação dela não se dá de forma estanque e linear. A compreensão de que atualmente o jovem é socializado de forma híbrida (MORAIS, 2017) – parte presencial e parte online – impõe pensarmos nas bases materiais que possibilitam a autossocialização desses jovens em um ambiente muito pouco – ou praticamente nada – regulado. Sendo assim, ao passo que a internet e as redes sociais se materializam como um agente relevante, as condições iniciais de assimilação da informação nessas redes de forma crítica serão muito mais frutíferas se houver uma maior presença das escolas como guias desse novo ambiente online (BERNARDI, 2021). A inserção da internet como agente socializador, conjugada a outros agentes, como professores e escolas, podem ser muito importantes na formação do cidadão da era digital, que foi ainda mais acelerada pela pandemia de Covid-19, sobretudo na chamada “era da pós-verdade” em que nos encontramos.

Nesse sentido, entendemos que a educação política se mostra como um fator cada vez mais relevante na formação dos jovens que estão mais conectados e passando tantas horas do dia nas redes sociais. Essa conclusão não é apenas nossa, ao passo que projetos de educação política têm ganhado espaço em ambientes corporativos (em empresas como na Engeform, Natura, Itaú, Votorantim, Tirolez etc.) e também em diferentes âmbitos do setor público – nacional e internacionalmente – que apostam na conscientização política como forma de reduzir a polarização impulsionada pelas redes sociais. Ademais, considerando que todos somos agentes e influenciadores dentro do nosso universo de convívio,

a educação política tem um potencial especial de ação transformadora, seja do funcionário para com a sua família e amigos, ou dos jovens com seus pais, avós e vizinhos.

Um dos ingredientes que faz com que a polarização seja efetiva na política é justamente a naturalização daquele que pensa diferente como inimigo e opositor, ao passo que a prática da empatia, de nos colocarmos no lugar daqueles que divergimos politicamente, tem um efeito pedagógico de demonstrar que a democracia precisa funcionar na lógica da representação de todos e todas, e não só daquilo com o que concordamos. Assim, ao sairmos das redes para a realidade objetiva e material, possibilitamos um maior reconhecimento do outro como cidadão e da política como forma de debate de propostas e não de atrito ou agressão.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, Cambridge, MA, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w23089.pdf>

BAQUERO, Marcelo; MORAIS, Jennifer. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil? In: Baquero, M. (org.) **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Escritos, 2018.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Fake News e as Eleições de 2018 no Brasil: Como Diminuir a Desinformação?** 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Educação crítica midiática: Formação para cidadania de jovens no contexto de pós-verdade e fake news. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/234761> Acesso em: 1 de maio de 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa DataSenado. **Redes sociais, notícias falsas e privacidade de dados na internet**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria/publicacoes-ouvidoria/redes-sociais-noticias-falsas-e-privacidade-de-dados-na-internet>. Acesso em: 6 jun. 2021.

DANTAS, Humberto. A Democracia Brasileira na atualidade: experiências e amadurecimentos. In: Konrad Adenauer Stiftung. **Democracia, diálogo e cooperação – a**

Fundação Konrad Adenauer no Brasil: 50 anos. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2019.

DANTAS, Humberto. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 1, 2016.

FERNANDEZ, Michelle; TESTA, Graziella. O IDL em perspectiva comparada: Possibilidades e limites da medição da democracia a nível local e nacional. In. Moraes Silva, D & Dantas, H. (orgs.) Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo. Curitiba: Instituto Atuação, 2021.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar:** duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MORAIS, Jennifer Azambuja De. **Cultura Política e Capital Social:** os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NEWMAN, Nic et al. **Reuters Institute Digital News Report 2020.** Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PENNYCOOK, Gordon; CANNON, Tyrone D.; RAND, David G. Prior exposure increases perceived accuracy of fake news: discovery service. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 147, n. 12, p. 1865-1880, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/xge0000465>>.

NUPESAL. **Democracia, valores políticos e capital social:** um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina/UFRGS, 2019.

RODRIGUES, Renato. Mais de 60% dos brasileiros não sabem reconhecer notícia falsa. Kaspersky Daily, 2020. Disponível em: <<https://www.kaspersky.com.br/blog/fake-news-brasil-pesquisa/14060/>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news Online. [s. l.], v. 1151, n. March, p. 1146-1151, 2018.

Humberto Dantas, cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela USP, professor da Fipe, pesquisador da Fapeg e pós-doutor em Administração Pública pela FGV-SP.

Ana Julia Bonzanini Bernardi, bacharela em políticas públicas, mestra e doutora em Ciência Política pela UFRGS, professora visitante da FESPSP e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em América Latina (NUPESAL-UFRGS).